



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E HIGIENE
PÚBLICA – CPSHP/2026**

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e seis, sexta- feira, foi realizada a audiência pública da **Comissão Permanente de Saúde e Higiene Pública**, na Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para apresentar a Prestação de Contas do 3º Relatório Detalhado de Quadrimestre Anterior (3º RDQA) e do Relatório Anual de Gestão (RAG) do exercício de 2025. Cumprimentou as demais autoridades e a população presente. Logo após, invocou a proteção de Deus e deu início à Sessão Especial. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do Hino do Estado de Rondônia. Convidou para tomarem assento à Mesa de autoridades: A Secretária Municipal de Saúde (SEMUSA) de Porto Velho **Sandra Maria Petillo Cardoso, Senhora Aline** do DAB (Departamento de Atenção Básica), Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde em Porto Velho, **Geisa Brasil Ribeiro, Enfermeira Kênia Ribeiro** do DEMAC (Departamento de Média e Alta Complexidade). **Igor Amorim**, gestor e servidor da SEMUSA. **Elieser**, da assessoria técnica da CERN (Coordenação de Engenharia, Reparos e Manutenção); A seguir, fez-se a leitura da **ORDEM DO DIA**. A Comissão Permanente de Saúde, higiene pública, no uso das suas atribuições com base no que estabelece o artigo 36 da Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, realiza a seguinte sessão especial de audiência pública para apresentar a prestação de contas do terceiro relatório detalhado de do quadrimestre anterior e do relatório anual de gestão do exercício de 2025. Em seguida, **a condução dos trabalhos levou à concessão da palavra aos inscritos**; Para fazer uso da palavra a senhora **Oseane Alves Marques, diretora do Departamento de Planejamento e Gestão (DGP) da SEMUSA**, cumprimentou os presentes e informou que comparecia novamente à Casa Legislativa para a realização de audiência pública destinada à apresentação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2025 e do terceiro relatório quadrimestral do mesmo ano. Explicou que a apresentação atende ao rito estabelecido pela legislação, especialmente quanto aos instrumentos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Informou que os relatórios de prestação de contas, de programação, o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual de Saúde são inseridos no sistema nacional de planejamento, ficando disponíveis para consulta pelo Ministério da Saúde, Tribunal de Contas e demais órgãos fiscalizadores. Ressaltou que o relatório e a apresentação haviam sido encaminhados anteriormente à Câmara Municipal, inclusive em formato impresso. Na sequência, apresentou dados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2025, destacando as bases legais e os instrumentos de planejamento do SUS. Abordou a transição demográfica do município, chamando atenção para o envelhecimento acelerado da população de Porto Velho, acompanhado da redução da taxa de natalidade. Em relação às principais causas de internação, informou que a gravidez, o parto e o puerpério permaneciam em primeiro lugar, seguidos pelas lesões decorrentes de causas externas, doenças infecciosas e parasitárias e neoplasias. Quanto às causas de mortalidade, destacou que as doenças do aparelho circulatório permaneciam como a principal causa de morte no município, com 562 óbitos em 2025,

seguidas pelas neoplasias, causas externas e doenças do aparelho respiratório. Ao apresentar os dados da atenção básica, informou que o município contava, em 2025, com 40 unidades básicas de saúde e cobertura de 65,48% da Estratégia Saúde da Família. Foram realizados mais de 800 mil procedimentos individualizados nas unidades e houve aumento de aproximadamente 73% nas visitas domiciliares em comparação com 2024. Também foram registrados cerca de 63 mil atendimentos odontológicos. Quanto à imunização, reconheceu que algumas metas não foram alcançadas, considerando que a cobertura preconizada para determinadas vacinas infantis é de 95%. Destacou que a vacina contra a poliomielite apresentou cobertura próxima de 92% e ressaltou o trabalho desenvolvido pela equipe de imunização para ampliar a vacinação infantil, especialmente diante dos surtos de sarampo registrados no país. Na área de urgência e emergência, informou que a UPA Leste concentrou o maior número de atendimentos, com aproximadamente 318 mil atendimentos no ano. No total, foram registrados cerca de 1,67 milhão de atendimentos médicos ambulatoriais nas unidades de urgência e emergência. Explicou que o aumento esteve relacionado à ampliação dos serviços contratados para atendimento da urgência e emergência do município. Sobre a classificação de risco, informou que 6,28% dos pacientes atendidos na rede em 2025 foram classificados como casos de emergência, enquanto grande parte dos demais atendimentos foi classificada nas categorias verde e azul, correspondentes a casos pouco urgentes e não urgentes. Ressaltou que pacientes com esse perfil, embora sejam prioritariamente atendidos pela atenção básica, ainda procuram as unidades de urgência e emergência. Em relação ao SAMU, informou que, em 2025, foram registradas aproximadamente 23 mil chamadas, sendo cerca de 12 mil atendimentos realizados pela unidade de suporte básico e 100 pela unidade de suporte avançado. Sobre a maternidade municipal, informou que foram realizados 2.962 partos e destacou que a unidade permanecia em reforma, o que ocasionou redução temporária no número de leitos, operando naquele período com 22 leitos. Ressaltou que, após a conclusão da reforma e reinauguração, a expectativa era ampliar a capacidade para mais de 70 leitos. Na área de saúde mental, destacou o crescimento superior a 100% nos atendimentos dos CAPS, que passaram de aproximadamente 39 mil atendimentos em 2021 para 110 mil em 2025. Atribuiu parte desse aumento à contratação de profissionais especializados, possibilitando maior vazão à demanda reprimida existente nos serviços de atenção especializada. Quanto à atenção especializada, informou que o município contava com 17 unidades e havia realizado aproximadamente 89 mil consultas médicas. Destacou ainda os atendimentos realizados no Centro de Especialidades Alfredo Silva, localizado na região da Avenida Sete de Setembro com a Avenida Rio Madeira, que contabilizou cerca de 30 mil atendimentos. Em relação às cirurgias, explicou que houve redução no número de procedimentos, principalmente em razão da diminuição temporária de leitos da maternidade. Informou que o município passou a contratar serviços de outro hospital para atender à demanda cirúrgica, destacando o contrato vigente com o Hospital Santa Marcelina, iniciado em 2025, que resultou na realização de 467 cirurgias por meio do Programa Nacional de Redução de Filas. Na assistência farmacêutica, informou que 2025 apresentou resultados expressivos, com 95% de disponibilidade de medicamentos e distribuição de aproximadamente 48,2 milhões de itens à população de Porto Velho, representando investimento de cerca de R\$ 16,9 milhões. Ressaltou o crescimento dos investimentos na área, comparando-os aos aproximadamente R\$ 7 milhões registrados em 2022. Na área de vigilância em saúde, informou que foram realizadas aproximadamente 28 mil visitas relacionadas à dengue e à malária, além da vacinação de cerca de 28 mil animais contra a raiva e 7.472 inspeções em estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária. Também foram analisadas 561 amostras relacionadas à turbidez da água, em parceria com o LACEN. Quanto à estrutura da rede municipal, informou que o município encerrou 2025 com 102 estabelecimentos de saúde sob gestão municipal. Durante o ano, foram

inaugurados quatro novos serviços: a Unidade de Saúde Três Marias, a Unidade de Acolhimento Infantojuvenil, o Centro de Convivência e a Sala de Estabilização de União Bandeirantes. Informou ainda que a SEMUSA contava com 3.499 profissionais estatutários e emergenciais. Sobre o planejamento, explicou que foram estabelecidas 138 metas e aproximadamente 600 ações, distribuídas em cinco diretrizes e acompanhadas pelos departamentos responsáveis da SEMUSA. Entre os avanços da atenção básica, destacou a ampliação das ações de saúde bucal nas escolas, que passaram de 110 para 135 unidades atendidas por meio do Programa Saúde na Escola. Informou também uma pequena redução da taxa de mortalidade infantil, que passou de 13,47 para 13,44 óbitos a cada mil nascidos vivos. Como desafios da atenção básica, destacou a necessidade de ampliar a proporção de cura dos casos novos de tuberculose, que alcançou 73,01%, abaixo da meta de 80%, além da necessidade de ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família para alcançar os 70% preconizados. Na assistência farmacêutica, destacou como avanço o encerramento de 2025 com aproximadamente 98% de disponibilidade de medicamentos no Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF). Informou ainda que foram realizados 1,989 milhão de exames, próximo da meta estabelecida de dois milhões. Como desafio para 2026, mencionou a implantação de duas farmácias no modelo de atendimento com consulta farmacêutica. Na atenção especializada, apontou como avanços a implantação de novos serviços, incluindo a Unidade de Acolhimento e a Casa de Convivência, além da ampliação do acesso das pessoas com deficiência por meio da implantação de novo serviço especializado. Como desafio, destacou o tempo de resposta do SAMU, que passou de 40 minutos em 2024 para 44 minutos em 2025. Informou que, para 2026, estavam previstas ações para redução desse tempo, incluindo a ampliação da frota, com busca de recursos junto ao Ministério da Saúde. Na área de vigilância em saúde, destacou a manutenção da investigação dos óbitos maternos e infantis e a redução dos casos de malária, que passaram de 5.125 casos em 2024 para 4.447 em 2025. Ressaltou a importância das ações desenvolvidas pela vigilância, especialmente relacionadas ao tratamento com tafenoquina. Como desafio, apontou a necessidade de ampliar as notificações relacionadas à saúde do trabalhador, principalmente na zona rural. Em relação aos distritos, informou que houve avanços na informatização, com acesso à internet em todos os distritos, embora ainda fosse necessário melhorar a qualidade da conexão. Também destacou a realização de três qualificações de pós-graduação destinadas aos servidores. Sobre as obras e reformas, informou que foram concluídos 64 pontos, correspondentes a aproximadamente 70% das reformas remanescentes previstas no plano de 2022 a 2025. Entre as unidades que permaneciam em execução estavam a UPA Leste, a UBS Pedacinho de Chão e a maternidade. Informou que parte da unidade Rafael Vaz e Silva já havia sido entregue, restando a ampliação do Centro de Diagnóstico. Por fim, destacou outras obras entregues ao longo do quadriênio, incluindo as reformas das unidades de Morrinhos, São Sebastião e Três Marias, a Unidade de Acolhimento, a Sala de Estabilização de União Bandeirantes e a aquisição do hospital, cujo termo de doação já havia sido realizado. Encerrou destacando essas ações como alguns dos principais resultados alcançados pela gestão no quadriênio. Para fazer uso da palavra, **o senhor Elieser, da Assessoria Técnica da SEMUSA**, cumprimentou os presentes e iniciou sua apresentação abordando a execução orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Saúde referente ao exercício de 2025. Informou que o orçamento de 2025 foi estabelecido pela Lei Municipal nº 3.240, de 27 de dezembro de 2024, que estimou a receita e fixou a despesa do Município de Porto Velho para o exercício. Explicou que os recursos destinados à saúde são organizados em dois blocos: o de manutenção e o de estruturação, este último destinado à aquisição de equipamentos e à execução de obras. Informou que a dotação orçamentária inicial para 2025 foi de R\$ 549.426.000,00 e que, após as atualizações, encerrou o exercício em R\$ 629.700.000,00. Desse montante, foram empenhados R\$ 562.325.000,00,

liquidados R\$ 533.489.000,00 e pagos R\$ 531.493.000,00, permanecendo R\$ 30.832.000,00 em restos a pagar. Na sequência, apresentou a execução orçamentária por função e subfunção. Em relação aos auxílios, alimentação e transporte de servidores, informou que a dotação inicial foi de R\$ 32.514.000,00, atualizada para R\$ 34.634.000,00, tendo sido empenhados, liquidados e pagos R\$ 34.614.000,00. Na subfunção Administração Geral, informou que a dotação inicial foi de R\$ 315.758.000,00, sendo posteriormente atualizada para R\$ 290.285.000,00. Explicou que a redução decorreu do contingenciamento de recursos, em razão da frustração de receitas. Foram empenhados R\$ 287.648.000,00, liquidados e pagos R\$ 286.160.000,00, ficando R\$ 1.487.000,00 em restos a pagar. Quanto à Atenção Básica, informou que a dotação inicial foi de R\$ 79.161.000,00, atualizada para R\$ 97.416.000,00. Foram empenhados R\$ 76.162.000,00, liquidados R\$ 64.958.000,00 e pagos R\$ 64.330.000,00, permanecendo R\$ 11.832.000,00 em restos a pagar. Na Assistência Hospitalar e Ambulatorial, correspondente à média e alta complexidade, informou que a dotação inicial foi de R\$ 95.662.000,00, atualizada para R\$ 176.409.000,00. Foram empenhados R\$ 136.586.000,00, liquidados R\$ 122.745.000,00 e pagos R\$ 121.377.000,00, com R\$ 15.209.000,00 inscritos em restos a pagar. Em relação ao suporte profilático e terapêutico, especialmente referente à aquisição de medicamentos, informou que a dotação inicial foi de R\$ 11.263.000,00, atualizada para R\$ 13.314.000,00. Foram empenhados R\$ 12.778.000,00, liquidados e pagos R\$ 11.193.000,00, permanecendo R\$ 1.584.000,00 em restos a pagar. Na Vigilância Sanitária, informou que a dotação inicial foi de R\$ 162.000,00, atualizada para R\$ 103.000,00, com R\$ 102.000,00 empenhados, liquidados e pagos, sem registro de restos a pagar. Quanto à Vigilância Epidemiológica e Ambiental, informou que a dotação inicial foi de R\$ 14.904.000,00, atualizada para R\$ 17.537.000,00. Foram empenhados R\$ 14.431.000,00, liquidados e pagos R\$ 13.713.000,00, permanecendo R\$ 717.000,00 em restos a pagar. Retomando o resultado geral da execução orçamentária, reafirmou que a dotação inicial foi de R\$ 549.426.000,00, a dotação atualizada de R\$ 629.700.000,00, com R\$ 562.325.000,00 empenhados, R\$ 533.489.000,00 liquidados e R\$ 531.493.000,00 pagos, além de R\$ 30.832.000,00 inscritos em restos a pagar. Em seguida, apresentou a relação das principais despesas realizadas no exercício de 2025. Informou gastos de aproximadamente R\$ 373.656.000,00 com folha de pagamento e encargos; R\$ 248.000,00 com residência médica; R\$ 318.000,00 com prestação de contas de convênios federais; R\$ 407.000,00 com prestação de contas de emendas estaduais; R\$ 1.949.000,00 com despesas de exercícios anteriores; R\$ 128.445,00 com taxas; R\$ 1.118.000,00 com serviços de tecnologia da informação; R\$ 320.000,00 com reeducandos; e R\$ 22.780.000,00 com serviços de vigilância. Também foram mencionadas despesas de R\$ 3.889.000,00 com locação de imóveis; R\$ 4.997.000,00 referentes a convênio com o LEPAC; aproximadamente R\$ 825.000,00 com diárias; R\$ 5.950.000,00 com subvenções sociais; R\$ 19.000,00 com mandados judiciais; R\$ 430.000,00 com passagens; R\$ 177.000,00 com locação de veículos; R\$ 423.000,00 com serviços de anestesiológico; R\$ 2.633.000,00 com médicos especialistas; e R\$ 16.728.000,00 com serviços médicos prestados por pessoas jurídicas nas UPAs. Na sequência, apresentou despesas de R\$ 3.865.000,00 com combustível; R\$ 28.000,00 com manutenção de extintores; R\$ 39.000,00 com gás de cozinha; R\$ 3.911.000,00 com gases medicinais; R\$ 6.717.000,00 com fornecimento de alimentação; R\$ 13.162.000,00 com medicamentos; R\$ 325.000,00 com materiais odontológicos; R\$ 805.000,00 com material de expediente; R\$ 681.000,00 com material de limpeza; R\$ 112.000,00 com aquisição de camisetas; R\$ 1.851.000,00 com equipamentos e materiais de proteção individual; R\$ 5.049.000,00 com material laboratorial; R\$ 14.591.000,00 com material hospitalar e insumos; e R\$ 668.000,00 com manutenção da rede de gases medicinais. Informou ainda despesas de R\$ 112.000,00 com suprimentos de fundos; R\$ 265.000,00

com serviços técnicos profissionais; R\$ 1.422.000,00 com locação de máquinas e equipamentos; R\$ 8.780.000,00 com reforma e manutenção predial; R\$ 4.724.000,00 com manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; R\$ 1.883.000,00 com serviços de lavanderia; R\$ 4.580.000,00 com manutenção e conservação de veículos; R\$ 6.374.000,00 com energia elétrica; e R\$ 815.000,00 com água e esgoto. Por fim, destacou despesas de R\$ 1.812.000,00 com cirurgias eletivas; R\$ 13.233.000,00 com serviços de limpeza; R\$ 2.006.000,00 com contrato de recepcionistas; R\$ 153.000,00 com seguros; R\$ 18.000,00 com taxas de inscrição em congressos e cursos; R\$ 10.231.000,00 com material permanente; e R\$ 19.650.000,00 referentes à primeira parcela paga, em 2025, pela aquisição do hospital. Ao concluir sua exposição, o senhor Elieser agradeceu a atenção dos presentes e encerrou sua participação. Para finalizar fez o uso da palavra o **Presidente desta Sessão, Vereador Dr. Macário Barros**; O presidente da sessão, vereador Dr. Macário Barros, iniciou sua manifestação destacando sua formação como médico sanitarista e sua experiência na área de saúde pública. Ressaltou que a principal atribuição da Secretaria Municipal de Saúde é a atenção básica e manifestou preocupação com o aumento da produção das unidades de urgência e emergência, especialmente das UPAs, considerando que o crescimento da demanda nesses serviços pode indicar fragilidades na rede básica de saúde. Esclareceu, contudo, que essa situação não deveria ser atribuída individualmente à secretária ou aos técnicos da Secretaria, uma vez que reconhecia a capacidade técnica dos profissionais e entendia que a atenção básica deveria constituir a prioridade da saúde pública municipal. Destacou os resultados apresentados pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e sugeriu que a farmácia localizada nas proximidades da Unidade de Saúde Maurício Bustani, cuja estrutura havia sido viabilizada com recursos de emenda parlamentar, tivesse funcionamento aos sábados e domingos, preferencialmente até o meio-dia, para facilitar o acesso aos medicamentos, especialmente aos usuários do CAPS. Ressaltou a importância de ampla divulgação do funcionamento da unidade, para que a população tivesse conhecimento do serviço disponível. Na sequência, reforçou que a atenção básica deveria ser a principal prioridade da rede municipal de saúde. Destacou a importância dos agentes comunitários de saúde, ressaltando que esses profissionais constituem uma das principais portas de entrada da população no sistema de saúde, atuando na identificação de problemas como diabetes, hipertensão, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pessoas acamadas, contribuindo para a prevenção de agravamentos e internações. Manifestou preocupação com a falta de medicamentos utilizados no tratamento da hipertensão, citando a losartana, e ressaltou que a garantia de cobertura adequada da atenção básica é fundamental para a melhoria da saúde da população. O vereador também questionou a estrutura da rede hospitalar do município e manifestou-se contrário à aquisição de hospitais quando a medida não representar aumento efetivo do número de leitos disponíveis para a população. Argumentou que a aquisição de uma unidade hospitalar, sem ampliação da capacidade de atendimento, não solucionaria a carência de leitos de enfermagem e de UTI. Defendeu, como alternativa, investimentos que resultassem efetivamente na ampliação da capacidade instalada da rede pública, inclusive mediante estruturas temporárias, caso necessário. Ressaltou que, embora integrasse a base de apoio ao prefeito, isso não significava concordância com todas as decisões da administração, afirmando que manteria seu posicionamento diante de medidas que considerasse inadequadas. Defendeu ainda a valorização dos servidores públicos da saúde, com adoção de mecanismos de incentivo à produtividade e melhores condições de trabalho, argumentando que tais medidas poderiam contribuir para o fortalecimento da rede municipal. Manifestou-se também contrário à terceirização de serviços médicos nas unidades públicas, especialmente quando pudesse prejudicar a contratação e a valorização dos servidores efetivos. Questionou o modelo de contratação por empresas e destacou que, em sua avaliação, a gestão e a fiscalização dos

profissionais deveriam permanecer vinculadas à estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. Defendeu a realização de concursos públicos e a valorização dos profissionais da rede municipal, argumentando que a contratação por empresas, mediante pessoas jurídicas, poderia gerar instabilidade e reduzir as possibilidades de crescimento e produção dos servidores efetivos. Ressaltou ainda que a saúde pública exige constante atualização e capacitação dos profissionais. Em relação à atenção básica, questionou o número de agentes comunitários de saúde existentes no município e discutiu a possibilidade de ampliação das equipes. Considerou que a contratação de aproximadamente 100 novos agentes, com a criação de 20 novas equipes, poderia elevar a cobertura da Estratégia Saúde da Família para aproximadamente 83% a 85%, defendendo que o município deveria buscar a ampliação da cobertura da atenção básica, considerando a importância e o custo-benefício do trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários. O vereador também abordou a questão do repasse e do convênio com o Laboratório Estadual de Patologia e Análises Clínicas (LEPAC), questionando como poderia ser facilitado o acesso da população aos exames realizados por meio do convênio, especialmente nos casos em que os usuários procuravam diretamente o laboratório com solicitações emitidas pela rede municipal. Por fim, considerou satisfatória a explanação apresentada durante a audiência pública, manifestando satisfação em reencontrar colegas e profissionais da área da saúde. Informou ainda que possuía projeto de lei em tramitação, sob análise do vereador Paraguaçu, propondo critérios relacionados à formação e qualificação dos profissionais responsáveis pela direção de unidades de saúde, UPAs e demais serviços da rede municipal. Defendeu que os cargos de direção das unidades de saúde fossem ocupados por profissionais com formação e conhecimento compatíveis com a área de atuação, destacando a importância de que os gestores possuam conhecimento técnico sobre atenção básica, saúde da família e urgência e emergência, de modo a garantir maior qualificação na gestão dos serviços de saúde. Nada mais havendo a tratar, invocou a proteção de Deus, e encerrou a **Sessão Especial** às onze horas e quarenta e cinco minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios, farão parte deste documento. E, para constar, a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação.

Gerência das Comissões, 14 de agosto de 2026.

Vereador Dr. Macário Barros
Presidente/CPSHP/2026



Assinado por **José I. Macario Barros (dr. Macario)** - Vereador - Em: 11/09/2026, 12:06:53